



ATIVO	Nota	2015	2014	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2015	2014
Circulante		151.028	162.750	Circulante		311.201	315.642
Caixa e equivalentes de caixa.....	5	97.207	57.896	Salários, provisão e encargos sociais.....	15	53.061	50.672
Valores vinculados à aplicação em infraestrutura	6	13.518	55.704	Fornecedores e prestadores de serviços.....		30.909	31.215
Contas a receber de clientes, líquidas	7	33.656	34.275	Impostos e contribuições	16	20.731	17.986
Estoques.....		631	343	Empréstimos e financiamentos.....	17	3.198	2.212
Créditos tributários.....	8	356	9.353	Plano de pensão	19	62.279	53.383
Despesas antecipadas.....		1.466	1.199	Juros sobre capital próprio		-	5.143
Outros créditos.....		4.194	3.980	Obras efetuadas por arrendatários	20	14.491	16.343
				Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários ...	18	105.025	118.249
				Outras obrigações		21.507	20.439
Não Circulante		2.819.151	2.563.328	Não Circulante		1.260.603	984.164
Realizável a Longo Prazo		1.175.849	1.095.842	Empréstimos e financiamentos.....	17	-	2.172
Contas a receber de clientes, líquidas	7	806.460	754.074	Plano de pensão	19	22.897	31.523
Valores a receber da União	9	7.475	6.476	Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários ..	18	288.238	210.273
Depósitos judiciais	11	86.906	87.891	Receita diferida.....	22	398.564	419.742
Bens destinados à alienação.....	10	3.123	3.055	Obras efetuadas por arrendatários	20	139.967	136.400
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	30.1	267.529	238.260	Créditos da União para aumento de capital.....	21	385.189	168.079
Outros créditos.....		4.356	6.086	Outras obrigações		25.748	15.975
Imobilizado	12	1.632.969	1.460.842	Patrimônio Líquido		1.398.375	1.426.272
Intangível	13	10.333	6.644	Capital social.....	23	1.414.100	1.347.074
				Reservas de lucros.....		-	79.198
				Prejuízos acumulados.....		(15.725)	-
TOTAL DO ATIVO		2.970.179	2.726.078	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.970.179	2.726.078

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP
CNPJ 44.837.524/0001-07

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 e 2014
(em milhares de reais, exceto o lucro (prejuízo) por lote de ações)

	Nota	2015	2014
Receita líquida	24	810.704	744.051
Custo dos produtos e dos serviços prestados.....	25	(439.575)	(408.507)
Lucro bruto.....		371.129	335.544
Outras receitas (despesas) operacionais		(412.552)	(272.536)
Despesas administrativas e gerais	26	(196.064)	(167.271)
Outras receitas operacionais	28	1.733	31.200
Outras despesas operacionais	29	(218.221)	(136.465)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		(41.423)	63.008
Resultado financeiro		(32.081)	(23.836)
Receitas financeiras	27	27.114	34.631
Despesas financeiras	27	(59.195)	(58.467)
Lucro operacional.....		(73.504)	39.172
Imposto de renda e Contribuição Social.....		(21.419)	(17.510)
Corrente	30.2	(50.689)	(37.603)
Diferido.....	30.1	29.270	20.093
Lucro antes da participação dos empregados		(94.923)	21.662
Lucro (Prejuízo) do exercício.....		(94.923)	21.662
LUCRO (PREJUÍZO) POR LOTE DE MIL AÇÕES		(0,35)	0,08

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(em milhares de reais)

	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE LUCROS		LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAIS
		RESERVA LEGAL	RETENÇÃO DE LUCROS		
SALDOS EM 31/12/2013	1.126.307	27.223	234.738	-	1.388.268
Aumento de capital por capitalização de créditos da União.....	21.480	-	-	-	21.480
Aumento de capital por acionistas minoritários.....	7	-	-	-	7
Aumento de capital com reserva de retenção de lucros.....	199.280	-	(199.280)	-	-
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	21.662	21.662
Destinação do lucro líquido do exercício:	-	-	-	-	-
Reserva legal.....	-	1.083	-	(1.083)	-
Reserva de retenção de lucros.....	-	-	15.434	(15.434)	-
Juros sobre capital próprio.....	-	-	-	(5.145)	(5.145)
SALDOS EM 31/12/2014	1.347.074	28.306	50.892	-	1.426.272
Aumento de capital por capitalização de créditos da União.....	67.006	-	-	-	67.006
Aumento de capital por acionistas minoritários.....	20	-	-	-	20
Resultado do exercício.....	-	-	-	(94.923)	(94.923)
Compensação do prejuízo com reserva legal.....	-	(28.306)	-	28.306	-
Compensação do prejuízo com reserva de retenção de lucros.....	-	-	(50.892)	50.892	-
SALDOS EM 31/12/2015	1.414.100	-	-	(15.725)	1.398.375

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Handwritten signatures and initials:
Serp
CPA
[Other illegible signatures]



COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP
CNPJ 44.837.524/0001-07

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(em milhares de reais)

	2015	2014
Fluxos de caixa originados de atividades operacionais		
Valores recebidos de clientes	819.331	689.633
Valores pagos a fornecedores e prestadores de serviços	(218.938)	(205.588)
Valores pagos a empregados, inclusive benefícios	(369.222)	(257.752)
Valores pagos de encargos sociais	(75.554)	(69.694)
Valores pagos de contingências	(23.049)	(56.622)
Valores pagos de tributos, exceto IR e CSLL	(87.111)	(72.273)
Valores pagos de Imposto de renda e contribuição Social	(41.983)	(29.432)
Valores pagos de juros	(1.739)	(26.216)
Outros recebimentos (pagamentos) líquidos	21.804	(46.361)
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	23.539	(74.305)
Fluxos de caixa originados de atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(219.997)	(150.039)
Aquisição de intangível.....	(5.235)	(693)
Alienação de imobilizado	166	656
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos ...	(225.066)	(150.076)
Fluxos de caixa originados de atividades de financiamentos		
Pagamentos de empréstimos financiamentos	(2.978)	(2.251)
Recursos de acionistas	248.960	60.656
Juros sobre capital próprio pagos	(5.144)	(33.986)
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de financiamentos	240.838	24.419
Aumento (redução) nas disponibilidades.....	<u>39.311</u>	<u>(199.962)</u>
Saldo inicial de caixa e equivalentes	57.896	257.858
Saldo final de caixa e equivalentes	97.207	57.896
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes	<u>39.311</u>	<u>(199.962)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature that appears to be 'Sano' and several other initials.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(em milhares de reais)

	2015	2014
Receitas (Despesas)	874.315	808.887
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	508.090	424.009
Arrendamentos operacionais e aluguéis	407.942	428.271
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(39.781)	(43.393)
Ganho (perda) em alienação de ativos imobilizados	(1.936)	-
Insumos adquiridos de terceiros	(411.948)	(270.210)
Materiais, água, energia, serviços de terceiros	(210.364)	(207.657)
Outros custos	(201.584)	(62.553)
Valor adicionado bruto produzido pela entidade	462.367	538.677
Depreciação e amortização	(37.896)	(33.712)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	424.471	504.965
Valor adicionado recebido em transferência	27.114	34.631
Receitas financeiras	27.114	34.631
Valor adicionado a distribuir	451.585	539.596
Distribuição do valor adicionado	451.585	539.596
<u>Pessoal</u>	304.628	297.673
Remuneração direta	217.982	201.953
Benefícios	28.478	26.651
Benefícios pós-emprego	25.134	23.730
FGTS	17.289	15.859
Provisões, despesas legais e judiciais trabalhistas	13.353	27.323
Honorários da diretoria	2.392	2.157
<u>Tributos</u>	171.224	150.675
Federais	180.210	154.167
IRPJ e CSLL diferidos	(29.270)	(20.093)
Estaduais	5.352	4.521
Municipais	14.932	12.080
<u>Remuneração de capitais de terceiros</u>	70.656	69.586
Despesas financeiras	59.195	58.467
Aluguéis	11.461	11.119
<u>Remuneração de capitais próprios</u>	(94.923)	21.662
Juros sobre capital próprio propostos	-	5.145
Lucros retidos / prejuízo do exercício	(94.923)	16.517

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

[Handwritten signatures and initials]

BALANÇO SOCIAL
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(em milhares de reais)

	2015			2014		
1 - Base de cálculo						
Receita líquida (RL)			810.704			744.051
Resultado operacional (RO)			(73.504)			39.172
Folha de pagamento bruta (FPB)			217.983			201.954
2 - Indicadores sociais internos		% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	14.056	6,45%	1,73%	12.976	6,43%	1,74%
Encargos sociais compulsórios	76.580	35,13%	9,45%	70.203	34,76%	9,44%
Previdência privada	16.631	7,63%	2,05%	15.599	7,72%	2,10%
Saúde	12.281	5,63%	1,51%	11.604	5,75%	1,56%
Segurança e medicina no trabalho	254	0,12%	0,03%	204	0,10%	0,03%
Capacitação e desenvolvimento profissional	825	0,38%	0,10%	607	0,30%	0,08%
Creches ou auxílio - creche	100	0,05%	0,01%	76	0,04%	0,01%
Participação nos lucros/resultados	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Transporte	1.008	0,46%	0,12%	1.191	0,59%	0,16%
Bolsa/estágio	1.458	0,67%	0,18%	1.334	0,66%	0,18%
Outros	1.509	0,69%	0,19%	1.202	0,60%	0,16%
Total - Indicadores sociais internos	124.702	57,21%	15,38%	114.996	56,94%	15,46%
3 - Indicadores sociais externos	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Cultura	446	-0,61%	0,06%	446	1,14%	0,06%
Esporte	100	-0,14%	0,01%	100	0,26%	0,01%
Outros	450	-0,61%	0,06%	450	1,15%	0,06%
Total das contribuições para a sociedade	996	-1,36%	0,12%	996	2,54%	0,13%
Tributos (excluídos encargos sociais)	155.486	-211,52%	19,18%	131.110	334,71%	17,62%
Total - Indicadores sociais externos	156.482	-212,89%	19,30%	132.106	337,25%	17,75%
4 - Indicadores ambientais	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	694	-0,94%	0,09%	318	0,81%	0,04%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	-	-	-	-	-	-
Total de investimentos em meio ambiente	694	-0,94%	0,09%	318	0,81%	0,04%
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e utilização de recursos naturais, a empresa	() não possui metas (x) cumpre 51% a 75% () não possui metas (x) cumpre 51% a 75%			() não possui metas (x) cumpre 51% a 75%		
	() cumpre de 0 a 50% () cumpre 76% a 100%			() cumpre de 0 a 50% () cumpre 76% a 100%		
5 - Indicadores do corpo funcional						
Nº de empregados(as) ao final do período	1489			1.513		
Nº de admissões durante o período	14			22		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	1057			1.028		
Nº de estagiários(as)	110			76		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	889			904		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	186			194		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	5,26%			12,28%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	66			65		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	0,00%			0,00%		
Nº de portadores de deficiência/necessidades especiais	13			13		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial						
Relação entre a maior e a menor remuneração	28,60			-		
Número total de acidentes de trabalho	3			-		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por	() direção (x) direção e gerências () todos(as) empregados(as)	() direção (x) direção e gerências () todos(as) empregados(as)	() direção (x) direção e gerências () todos(as) empregados(as)	() direção (x) direção e gerências () todos(as) empregados(as)	() direção (x) direção e gerências () todos(as) empregados(as)	() direção (x) direção e gerências () todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por	() direção e gerências () todos(as) empregados(as)	() direção e gerências () todos(as) empregados(as)	() direção e gerências () todos(as) empregados(as)	() direção e gerências () todos(as) empregados(as)	() direção e gerências () todos(as) empregados(as)	() direção e gerências () todos(as) empregados(as)
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e a representação interna	(x) não se envolve () segue as normas da OIT () incentiva e segue a OIT	(x) não se envolve () segue as normas da OIT () incentiva e segue a OIT	(x) não se envolve () segue as normas da OIT () incentiva e segue a OIT	(x) não se envolve () seguirá as normas da OIT () incentivará e seguirá a OIT	(x) não se envolve () seguirá as normas da OIT () incentivará e seguirá a OIT	(x) não se envolve () seguirá as normas da OIT () incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla	() direção () direção e gerências (x) todos(as) empregados(as)	() direção () direção e gerências (x) todos(as) empregados(as)	() direção () direção e gerências (x) todos(as) empregados(as)	() direção () direção e gerências (x) todos(as) empregados(as)	() direção () direção e gerências (x) todos(as) empregados(as)	() direção () direção e gerências (x) todos(as) empregados(as)
A participação nos lucros ou resultados contempla	() direção () direção e gerências (x) todos(as) empregados(as)	() direção () direção e gerências (x) todos(as) empregados(as)	() direção () direção e gerências (x) todos(as) empregados(as)	() direção () direção e gerências (x) todos(as) empregados(as)	() direção () direção e gerências (x) todos(as) empregados(as)	() direção () direção e gerências (x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social/ambiental adotados pela empresa	(x) não são considerados () são sugeridos () são exigidos	(x) não são considerados () são sugeridos () são exigidos	(x) não são considerados () são sugeridos () são exigidos	(x) não são considerados () serão sugeridos () serão exigidos	(x) não são considerados () serão sugeridos () serão exigidos	(x) não são considerados () serão sugeridos () serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa	() não se envolve (x) apóia () organiza e incentiva	() não se envolve (x) apóia () organiza e incentiva	() não se envolve (x) apóia () organiza e incentiva	() não se envolve (x) apoiará () organizará e incentivará	() não se envolve (x) apoiará () organizará e incentivará	() não se envolve (x) apoiará () organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as)	Na empresa 6	No Procon -	Na justiça -	Na empresa -	No Procon -	Na justiça -
% de reclamações e críticas solucionadas	Na empresa 6	No Procon -	Na justiça -	Na empresa -	No Procon -	Na justiça -
Valor adicionado total a distribuir	em 2015: 451.585			em 2014: 539.596		
Distribuição do valor adicionado	37,92% governo; 0,00% acionistas; 15,64% terceiros; (21,02)% retido	67,46% empregados(as);		27,92% governo; 0,95% acionistas; 12,90% terceiros; 3,06% retido	55,17% empregados(as);	

RO

10

Sum
A
cf

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

em milhares de reais, exceto pela nota nº 31

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia é uma sociedade de economia mista, de capital autorizado, vinculada à Secretaria de Portos da Presidência da República, tendo como objeto social a administração e exploração comercial do Porto Organizado de Santos e demais instalações portuárias do Estado de São Paulo, já incorporadas ou que vierem a sê-lo, bem como, por solicitação do Governo Federal, das vias navegáveis interiores e portos de outros Estados, mediante convênio.

Conforme Decreto nº. 6.336, de 28-12-2007, a Secretaria de Portos – SEP foi autorizada a firmar convênio com a CODESP para descentralizar as atividades de administração do Terminal Pesqueiro de Laguna (SC). Em 29/12/2015, foi assinado novo Convênio sob nº 001/2015, com vigência de 5 (cinco) anos a partir da data de sua assinatura.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e os Pronunciamentos Contábeis (CPC), aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, exceto pelo disposto na Nota Explicativa nº 4.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS:

Base de preparação: A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de políticas contábeis.

Apuração do resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência.

Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da sociedade e de apresentação.

Instrumentos financeiros: a classificação da categoria dos instrumentos financeiros depende da finalidade para a qual foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros:

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação e são frequentemente negociados. Esses ativos são mensurados ao valor justo na data das demonstrações contábeis, sendo as variações reconhecidas no resultado.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para os quais a Administração tem intenção e capacidade financeira de mantê-los até a data de vencimento.

Ativos financeiros disponíveis para venda

São aqueles ativos para os quais a Administração não tem a intenção de mantê-los até o vencimento, nem foram adquiridos com o objetivo de serem frequentemente negociados. São ajustados pelo valor de mercado, sendo esse ajustes lançados no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes de Avaliação Patrimonial".

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Contas a receber: Os valores faturados estão avaliados pelo valor da tarifa na data da prestação do serviço. Estão também incluídos os serviços prestados aos clientes que ainda não foram faturados até a data de encerramento do exercício. Os respectivos tributos também são apurados e contabilizados por competência.

Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa: Uma provisão para redução do valor recuperável é estabelecida quando há evidência objetiva de que a Companhia não irá arrecadar todos os valores devidos de acordo com os termos originais. É constituída, também, considerando parecer dos advogados da empresa nos valores que envolvam análise dos processos judiciais.

Estoques: materiais utilizados para consumo nas atividades da empresa calculados pelo custo médio de aquisição, não excedendo o custo de reposição.

Despesas antecipadas: Estão demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos.

Imobilizado: O imobilizado está demonstrado pelo valor de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, sendo utilizado 90% da taxa prevista para a expectativa de vida útil do bem. As principais taxas aplicadas estão demonstradas na Nota nº 12.

Empréstimos e financiamentos: reconhecidos pelo valor justo, no momento dos recebimentos dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis e acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até a data das demonstrações contábeis, conforme nota explicativa nº 17.

Férias: As férias e seus respectivos encargos sociais foram calculados em função dos direitos adquiridos até a data do balanço.

Passivo circulante e não circulante: Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridas até a data da elaboração das demonstrações contábeis.

Arrendamentos Operacionais: A empresa possui em vigência diversos contratos de arrendamento operacional, nos quais os arrendatários efetuam pagamento à Autoridade Portuária em parcelas

mensais e trimestrais do aluguel pela exploração da área durante a vigência do contrato. Existe também a cobrança por serviços específicos prestados pela CODESP, cujos valores são determinados em conformidade com as tabelas tarifárias e os serviços utilizados por cada arrendatário. Todos os contratos possuem cláusula de movimentação mínima contratual (MMC), que é estabelecida tendo como parâmetro a logística de cada terminal. Os valores recebidos antecipadamente são reconhecidos à receita, em bases lineares, pela fruição do prazo de vigência do contrato.

Provisões para contingências: Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se houver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

O reconhecimento, a mensuração e divulgação das provisões para contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 - "Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes". As contingências são classificadas entre (i) prováveis, para as quais são constituídas provisões; (ii) possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e (iii) remotas, que não requerem provisão nem divulgação. O detalhamento dos valores está demonstrado na nota explicativa nº 18.

Imposto de Renda e contribuição social - corrente e diferido

Impostos correntes: A provisão para imposto de renda e contribuição social foi efetuada com base no lucro tributável do exercício. O valor do imposto de renda foi constituído com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240. O valor da contribuição social foi calculado à alíquota de 9% do lucro tributável para aquela contribuição.

Impostos diferidos: São calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com o regime de competência, em sua totalidade sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos somente quando seja provável que existirá base tributável para utilização das diferenças temporárias e prejuízos fiscais. A constituição do imposto de renda diferido esta em conformidade com o disposto no CPC 32 e o detalhamento está demonstrado na nota explicativa nº 30.1.

Receitas e despesas financeiras: As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam os juros efetivos auferidos sobre o contas a receber liquidados após o vencimento e os ganhos com aplicações financeiras. As despesas financeiras representam os juros efetivos incorridos com empréstimos ou outras transações financeiras. Para atender às disposições societárias, as despesas com os juros sobre capital próprio a serem imputados aos dividendos mínimos e obrigatórios são contabilizados como despesas financeiras, sendo revertidas para lucros acumulados por ser, em essência, distribuição de resultado.

Uso de estimativas: A elaboração das demonstrações contábeis requer que a Administração use estimativas e premissas que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa e provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis. A liquidação poderá resultar em valores diferentes dos estimados, considerando as imprecisões decorrentes dos procedimentos de sua determinação.

Demonstração do valor adicionado: tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis e como informação suplementar às demonstrações contábeis.

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e conforme disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta de vendas, as outras receitas e os efeitos da provisão de créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, inclusive os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos da depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4. ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

Com o advento das Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e os pronunciamentos do Conselho Federal de Contabilidade, por obrigatoriedade, devem ser implementadas as adequações de acordo com as normas internacionais de contabilidade, observando os dispositivos aplicáveis através dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Os registros contábeis não atendem ao disposto conforme abaixo:

CPC 27 – Imobilizado: O estudo para revisão da vida útil dos bens integrantes do ativo imobilizado, não foi concluído até a data de encerramento das demonstrações financeiras.

CPC 33 – Benefícios a empregados: A empresa é patrocinadora de plano de pensão multipatrocinado de benefício definido. Considerando os fatos e eventos em controverso existentes entre as partes e as discrepâncias de valores e de critérios utilizados para apuração dos dados apresentados pelas consultorias contratadas pelas partes, o valor do déficit atuarial declarado pelo PORTUS não está quantificado integralmente nas demonstrações financeiras.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

	2015	2014
Caixa e bancos	13.988	16.731
Aplicações financeiras	83.219	41.165
Total	97.207	57.896

b) Natureza das aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão substancialmente representadas por cotas em fundo de investimento de renda fixa. Na elaboração do fluxo de caixa, essas aplicações foram consideradas como equivalentes de caixa por possuírem liquidez imediata e por estarem sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor, as quais são registradas pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

	2015	2014	Rentabilidade
Fundo de renda fixa – BB	11.403	21.935	96,53% do CDI
Fundo de Renda fixa – CEF	71.816	8.454	97,79% do CDI
NTN-B	-	10.776	IPCA + 6% a.a
Total	83.219	41.165	

6. VALORES VINCULADOS À APLICAÇÃO EM INFRAESTRUTURA

O Governo Federal através do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI remete valores previstos no orçamento de investimentos da CODESP, cuja contrapartida é efetuada em créditos da União para aumento de capital. A nota explicativa nº 21 complementa a informação em relação aos valores recebidos em 2015.

Embora as aplicações possuam liquidez imediata, os recursos são utilizados estritamente para pagamento das obras e/ou aquisições previstas nas ações do orçamento de investimento com recursos do tesouro nacional.

No decorrer do ano de 2015 a empresa liquidou obrigações contratuais no montante de R\$ 29.159 (R\$ 33.971 em 2014), com recursos oriundos das suas atividades operacionais, e que deveriam ter sido encaminhados pelo Tesouro Nacional através do Sistema de Administração Financeira - SIAFI, conforme as ações previstas nas obras do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Dessa forma a empresa, em 31/12/2015, é credora da importância acima e os valores após o encaminhamento dos recursos serão transferidos para as disponibilidades financeiras sem nenhuma vinculação ou restrição para sua utilização.

7. CONTAS A RECEBER, LÍQUIDAS

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Valores a receber de serviços prestados	1.233.703	1.148.335
(-) Perdas estimadas c/créditos liquidação duvidosa	(393.587)	(359.986)
Total	840.116	788.349
Curto prazo	33.656	34.275
Longo prazo	806.460	754.074

O valor a receber da empresa Libra Terminal 35 S/A, corresponde a 93,79% do valor do contas a receber (93,36% em 2014). O débito em questão decorre do faturamento emitido conforme disposto no Contrato PRES/32.98. A Secretaria de Portos celebrou, em 02.09.2015, a prorrogação antecipada daquele contrato até 04/09/2035, unificando ao mesmo os contratos PRES/11.95 e DP/19.2000 e na transferindo a titularidade à Libra Terminais S/A, conforme segundo termo aditivo ao contrato PRES/32.98, no qual também foi estipulado os novos valores do arrendamento. O litígio relativo ao débito anterior à assinatura do termo aditivo será transferido para um procedimento de arbitragem conforme termo de compromisso arbitral firmado em 02/09/2015, entre Secretaria de Portos, CODESP, Libra Terminal 35 S/A e Libra Terminais S/A com a interveniência da ANTAQ. Para atender ao disposto no artigo 9º, § 4º, inciso II do Decreto nº 8.465/2015, as partes pleitearão a desistência de todas as ações, comprometendo-se a encaminhar a questão ao juízo arbitral após a homologação da desistência de todas as ações mencionadas no termo de compromisso arbitral. O prazo para entrar no juízo arbitral foi fixado em 150 (cento e cinquenta) dias, encerrado em 30.01.2016, sendo firmado o terceiro termo aditivo ao contrato PRES/32.98 prorrogando o prazo em mais 150 (cento e cinquenta) dias. A constituição da provisão para perdas estimadas com esse arrendatário está constituída e conforme parecer da Superintendência Jurídica da CODESP não necessita de redimensionamento em função da transferência da questão à arbitragem.

8. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

O detalhamento dos créditos tributários está demonstrado no quadro abaixo:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Saldo negativo de IRPJ	-	7.331
Saldo negativo de CSLL	-	1.776
Outros créditos tributários	356	246
Total	<u>356</u>	<u>9.353</u>

9. VALORES A RECEBER DA UNIÃO

Os recursos repassados pelo Porto de Santos para custeio dos Portos administrados sob convênio estão registrados no Ativo Realizável a Longo Prazo e estão registrados pelo valor líquido da constituição de provisão para perdas estimadas com o seu recebimento.

10. BENS DESTINADOS À ALIENAÇÃO

Os bens destinados à alienação são itens do baixados do ativo imobilizado e estão classificados no realizável a longo prazo, em razão de ser necessária a alienação dos mesmos através de leilão, e cujo trâmite não permite identificar, com absoluta certeza, se o processo será realizado nos próximos doze meses e se haverá interessados na aquisição dos lotes.

11. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Representam ativos restritos da Companhia e estão relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos respectivos litígios e se referem basicamente a processos trabalhistas.

12. IMOBILIZADO, LÍQUIDO

	<u>2015</u>	<u>2014</u>	TAXAS DE DEPRECIACÃO (%)
Mobiliário em geral	3.299	3.494	10,0
Veículos	1.254	341	10,0
Máquinas, motores e aparelhos	9.633	9.582	3,33 a 10,0
Equipamentos diversos	1.073	1.226	3,33 a 10,0
Outros bens móveis	199	216	4,0 a 12,5
Equipamentos de informática	7.787	9.334	20,0
Edifícios	34.435	35.626	2,0
Instalações	160.499	164.188	1,43 a 10,0
Vias de acesso terrestre	195.247	129.427	1,43 a 6,67
Infraestrutura terrestre	23.682	24.695	1,43 a 6,67
Infraestrutura aquaviária	94.435	42.594	-
Outras construções	571.981	581.619	1,43 a 6,67
Terrenos	4.424	4.424	-
Obras em andamento	476.851	399.901	-
Bens móveis industriais	8.097	10.842	3,33 a 10,0
Bens imóveis industriais	40.073	43.333	3,33 a 10,0
Total	<u>1.632.969</u>	<u>1.460.842</u>	

13. INTANGÍVEL

O valor de R\$ 10.333 (R\$ 6.644 em 2014) refere-se a licenças de softwares adquiridas e capitalizadas com base nos custos incorridos. Esses custos estão sendo amortizados pela vida útil estimada de cinco anos.

14. SEGUROS

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo imobilizado da CODESP e com os bens da UNIÃO sob uso e guarda desta Companhia, e foram contratados para o período de 01-05-15 a 01-05-16.

A apólice de riscos operacionais tem cobertura contra danos materiais a bens móveis e imóveis da empresa e dos bens da União dos quais tem uso e guarda, abrangendo acidentes de natureza súbita e imprevista. Esta cobertura não contempla os bens móveis e imóveis localizados nas áreas arrendadas, cuja responsabilidade do seguro é exclusiva do arrendatário.

A apólice de responsabilidade civil tem a cobertura de danos causados a terceiros em decorrência das atividades desenvolvidas no cumprimento das obrigações da autoridade portuária, previstas na lei 12.815, de 05/06/2013.

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Riscos operacionais	421.725	421.725
Automóveis	8.800	11.400
Responsabilidade civil	30.500	30.500

15. SALÁRIOS, PROVISÃO E ENCARGOS SOCIAIS

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Salários a pagar	10.871	10.044
Provisão de férias	32.230	31.605
Encargos sociais	8.008	7.439
Outros	1.952	1.584
Total	<u>53.061</u>	<u>50.672</u>

16. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Imposto sobre circulação de mercadorias- ICMS	314	32
Retenção de tributos federais- Lei 10.833/03	2.794	3.107
Retenção para seguridade social - INSS	1.343	720
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	8.605	7.814
Programa de integração social - PIS	1.013	935
Contribuição financiamento seg. social - COFINS	4.684	4.308
Imposto sobre serviços - ISS	1.187	1.070
IRPJ e CSLL	791	-
Total - Curto prazo	<u>20.731</u>	<u>17.986</u>

RL

Ass. Sec. el

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Moeda, Indexador e Taxa de Juros Anual	2015	2014
Moeda estrangeira	lene		
Financiamento imobilizado	Var. Cambial+3,25%	3.198	4.384
Curto prazo		3.198	2.212
Longo prazo		-	2.172

Contrato de Financiamento, com aval do Governo Brasileiro, firmado com a Japan International Cooperation Agency - JICA - LOAN, através de seu representante financeiro The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd., com amortização e juros em parcelas semestrais e vencimento da última parcela em 20/09/2016.

18. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIOS

A Companhia é parte em ações judiciais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis. A Administração, com base em informações de seus advogados, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, experiências anteriores referentes aos valores reivindicados e efetivamente liquidados, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso.

NATUREZA	2015	2014
Provisão cível (i)	213.805	150.429
Provisão trabalhista (ii)	179.458	166.684
Provisão Tributária	-	11.409
Total	393.263	328.522
Curto prazo	105.025	118.249
Longo prazo	288.238	210.273

(i) Refere-se basicamente a ações judiciais com pleito de atualização monetária e juros por pagamentos efetuados com atraso e ações judiciais de indenizações e lucros cessantes.

(ii) Refere-se às estimativas para os processos judiciais trabalhistas de diversas naturezas, cuja probabilidade de desfecho é considerada de perda provável por nossos advogados.

Em 31/12/2015, o montante estimado para processos judiciais, cujas probabilidades de perdas foram avaliadas como possíveis pelos advogados da empresa, representativos de contingências passivas relacionadas a questões trabalhistas foi de R\$ 241.128 (R\$ 264.427 em 2014) e para processos cíveis R\$ 35.119 (R\$ 51.106 em 2014).

O Superior Tribunal Federal - STF, de acordo com a decisão do Pleno (Recurso Extraordinário 253.472) confirmou o entendimento de vários julgamentos efetuados anteriormente através da 1ª e 2ª Turmas daquele Tribunal referente à imunidade prevista no artigo 150 da Constituição Federal em relação ao IPTU incidente sobre os imóveis da União que estão sob o uso e guarda da CODESP. Os processos judiciais referentes a execuções fiscais de IPTU em andamento foram classificadas por nossos advogados como de perda remota.

19. PLANO DE PENSÃO

A Companhia é patrocinadora, juntamente com outras empresas do sistema portuário nacional, de plano de suplementação de aposentadoria e outros benefícios de risco a funcionários, através

do PORTUS – Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência privada, fiscalizada pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social. No atual plano de benefício definido, a aposentadoria é calculada pela diferença de (i) 80% do salário médio de participação dos últimos 12 (doze) meses indexados à variação do INPC até a data do início do benefício e (ii) o valor dos benefícios fornecidos pelo sistema oficial de previdência social. O salário de participação é limitado a 3 (três) vezes o limite máximo do salário de contribuição da Previdência Oficial. A responsabilidade da patrocinadora CODESP, incluindo o déficit atuarial conforme cálculo efetuado por empresa contratada pelo PORTUS para execução dos serviços de avaliação atuarial, é de R\$ 2.271.834 (R\$ 1.915.761 em 2014), valor esse não reconhecido pela CODESP, motivo pelo qual a questão está judicializada.

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, através da Portaria nº 459, de 22/08/2011, decretou intervenção na entidade. No decorrer de 2015 foi concluído o pagamento do valor incontroverso de R\$ 209.347 ajustado entre o fundo de pensão e a CODESP no processo judicial, sem prejuízo do juízo para conhecer e julgar a demanda judicial.

As contribuições da empresa com base na folha salarial, referentes ao exercício de 2015, foram no montante de R\$ 16.860 (R\$ 15.258 em 2014).

20. OBRAS EFETUADAS POR ARRENDATÁRIOS

A empresa mantém contratos de arrendamentos operacionais, oriundos de processos licitatórios, de áreas e/ou instalações localizadas dentro do porto organizado, com disponibilização de infraestrutura mínima de acordo com a localização, definidas por configurações denominadas de “sítio padrão”, conforme a seguir descritas:

- a) Sítio de Cais: plana, terraplenada (independente da resistência do solo), desimpedida, com profundidade adequada na região contígua ao estuário, com berço disponível em termos de obras civis (na sua forma mais econômica, porém operacional);
- b) Sítio de Retro Área: plana, terraplenada, desimpedida, com acesso rodoviário pavimentado.

Nos contratos cujas áreas existam investimentos negativos, ou seja, necessidade de investimentos para que se atinjam as condições mínimas exigidas nas regras descritas no “Sítio Padrão”, tais como aterros, recuperação do solo e construção de berços, os valores dessas obras, a serem realizadas pelo arrendatário, serão ressarcidos pela administração portuária, de acordo com o disposto nos respectivos contratos de arrendamento, no período do prazo contratual remanescente, a contar da data do aceite das obras, em parcelas mensais reajustadas.

A composição do débito está demonstrado no quadro abaixo:

Arrendatário	Desembolso até	Índice	2015	2014
Brasil Term. Portuário S.A	30/01/2027	IGP-M	141.579	139.040
Ecoporto Santos S/A	30/06/2023	TJLP	12.879	13.703
Total			154.458	152.743
Curto Prazo			14.491	16.343
Longo Prazo			139.967	136.400

21. CRÉDITOS DA UNIÃO PARA AUMENTO DE CAPITAL

A União destina recursos ao programa de investimentos no Porto de Santos, com a contrapartida de crédito para aumento de capital. Os recursos recebidos pela CODESP, enquanto não capitalizados, sofrem a incidência de encargos financeiros com base na variação da taxa SELIC, conforme previsto no decreto 2.673/98.

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Saldo em 1º de janeiro	168.079	112.466
Aumento de capital no exercício	(67.006)	(21.480)
Créditos da UNIÃO no exercício	248.939	60.649
Encargos financeiros - Decreto 2673/98	35.177	16.444
Saldo em 31 de dezembro	<u>385.189</u>	<u>168.079</u>

22. RECEITA DIFERIDA

Os contratos de arrendamentos operacionais assinados com a Administração Portuária envolvem pagamentos parciais feitos antecipadamente, que são reconhecidos em base linear durante a vigência do contrato de arrendamento mercantil, conforme item 50 do CPC 06.

No resultado do exercício foi reconhecido à receita a importância de R\$ 24.221 (R\$ 24.069 em 2014), conforme composição abaixo:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Saldo em 1º de janeiro	419.742	440.616
Receita diferida no exercício	3.043	3.195
Apropriação à receita no exercício	(24.221)	(24.069)
Saldo em 31 de dezembro	<u>398.564</u>	<u>419.742</u>

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social Realizado

O Capital Social em 31 de dezembro de 2015 é representado por 136.882.858.511 ações ordinárias e 136.882.858.506 preferenciais, ambas as espécies nominativas, sem valor nominal e de classe única. O último aumento de capital foi efetuado pela AGE de 19/06/2015 com homologação na AGE de 27/11/2015.

24. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receitas tarifárias		
- Utilização da infraestrutura portuária	378.622	299.490
- Utilização da infraestrutura terrestre	87.451	74.633
- Fornecimento de energia	29.211	24.628
- Outras receitas	11.549	10.418
Receitas de arrendamento		
- arrendamentos operacionais e aluguel	407.942	428.271
Impostos incidentes sobre vendas		
- Imposto sobre serviços - ISS	(14.224)	(11.519)
- Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(5.257)	(4.433)
- Programa de integração social - PIS	(15.089)	(13.813)
- Contribuição para financ. seguridade social - COFINS	(69.501)	(63.624)
Total	<u>810.704</u>	<u>744.051</u>

25. CUSTOS OPERACIONAIS

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Pessoal, encargos do trabalho e benefícios	172.763	157.225
Encargos sociais	56.995	50.926
Serviços de terceiros	154.799	152.758
Depreciação	37.896	33.712
Aluguéis	4.336	3.247
Utilidades, serviços e materiais	12.786	10.639
Total	<u>439.575</u>	<u>408.507</u>

26. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Pessoal, encargos do trabalho e benefícios	98.832	95.109
Encargos sociais	19.100	18.829
Serviços de Terceiros	15.293	15.508
Aluguéis	7.125	7.870
Utilidades e serviços, materiais	12.113	13.379
Outras despesas	43.601	16.576
Total	<u>196.064</u>	<u>167.271</u>

27. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receitas Financeiras		
Juros e variação monetária	12.625	6.079
Rendimentos de aplicações financeiras	13.433	27.916
Outras	1.056	636
Subtotal	<u>27.114</u>	<u>34.631</u>
Despesas Financeiras		
Variação monetária e cambial	(21.115)	(15.514)
Juros pagos ou incorridos	(38.080)	(42.953)
	<u>(59.195)</u>	<u>(58.467)</u>
Resultado Financeiro, líquido	<u>(32.081)</u>	<u>(23.836)</u>

28. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2015	2014
Reversão de provisões	255	19.552
Venda de ativo imobilizado e sucata	588	603
Recuperação – fundo de pensão dos empregados	-	10.651
Diversas	890	394
Total	1.733	31.200

29. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2015	2014
Plano de pensão – aporte por desequilíbrio atuarial	110.485	4.711
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	64.742	77.550
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	40.037	51.557
Outras	2.957	2.647
	218.221	136.465

30. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

30.1 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Os valores de Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL diferidos são provenientes de diferenças temporárias, e foram calculados à alíquota de 34%. Os valores do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido a pagar e a recuperação dos respectivos saldos diferidos decorrem da apuração de resultados tributáveis e da expectativa de realização das diferenças temporárias, porém essas projeções estão baseadas em premissas que podem apresentar variações em relação aos valores reais.

Os valores estão registrados no ativo não circulante, conforme regulamentação do CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis. A origem dos impostos diferidos está detalhada no quadro abaixo:

	2015	2014
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	133.820	128.191
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	133.709	110.069
Impostos diferidos	267.529	238.260

A Administração, com base em suas projeções de lucros tributáveis futuros, estima que os créditos tributários registrados serão realizados como abaixo:

2016	35.709
2017	27.060
2018	31.960
2019	77.808
2020 em diante	94.992

30.2 Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	2015	2014
Lucro antes do imposto de renda	(73.504)	39.171
Imposto de renda e contribuição social à alíquota de 34%	24.992	(13.318)
(Adições) e exclusões permanentes		
Benefício fiscal de juros sobre o capital próprio	-	1.749
Incentivos fiscais	1.070	996
Outras exclusões permanentes	24	3.228
Plano de pensão e benefícios pós-emprego	(40.344)	(4.260)
Encargos de depreciação - IPC/BTNF	(140)	(130)
Outras adições permanentes	(1.224)	(5.775)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(15.622)	(17.510)
Tributos sobre o lucro contabilizados:		
Imposto de renda corrente	(36.879)	(27.283)
Contribuição social corrente	(13.810)	(10.320)
Imposto de renda e contribuição social diferido	29.270	20.093
Imposto de renda diferido de anos anteriores	5.797	-
Total	(15.622)	(17.510)
Taxa efetiva	-21,25%	44,70%

31. REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

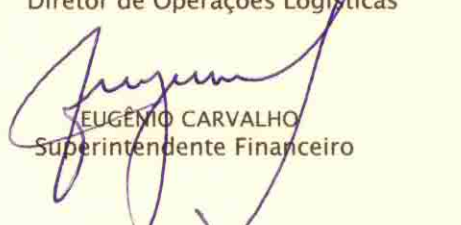
As remunerações mensais (base: dezembro/2015) pagas pela Empresa aos seus dirigentes e funcionários, incluídas todas as vantagens e benefícios efetivamente percebidos, foram:

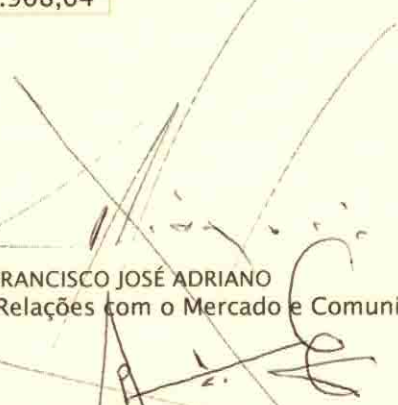
ADMINISTRADORES	em reais
- maior remuneração	37.116,90
EMPREGADOS	
- maior remuneração	39.183,65
- menor remuneração	1.369,87
- salário médio	10.968,64

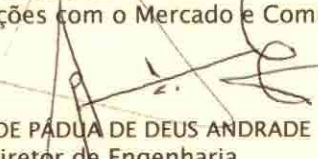

JOSÉ ALEX BOTELHO DE OLIVA
Diretor Presidente

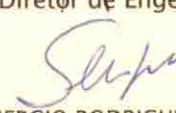

CELINO FERREIRA DA FONSECA
Diretor Administrativo e Financeiro


CLEVELAND SAMPAIO LOFRANO
Diretor de Operações Logísticas


EUGÊNIO CARVALHO
Superintendente Financeiro


FRANCISCO JOSÉ ADRIANO
Diretor de Relações com o Mercado e Comunidade


ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE
Diretor de Engenharia


MARIO SERGIO RODRIGUES ALONSO
Gerente de Contabilidade
CRC 1SP135973/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP
CNPJ(MF) 44.837.524/0001-07
Santos - SP

I - Introdução:

Examinamos as Demonstrações Contábeis da **Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP**, (**Companhia**), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de Dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

II - Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis:

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro.

III - Responsabilidade dos auditores independentes:

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas Demonstrações Contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente, se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das Demonstrações Contábeis tomadas em conjunto com o Relatório da Administração e as Notas Explicativas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

IV – Base para Opinião com Ressalva:

Conforme Nota Explicativa nº 19, A Companhia é patrocinadora, juntamente com outras empresas do sistema portuário nacional, de plano de suplementação de aposentadoria e outros benefícios de risco a funcionários, através do PORTUS – Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência privada, fiscalizada pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social. No atual plano de benefício definido, a aposentadoria é calculada pela diferença de (i) 80% do salário médio de participação dos últimos 12 (doze) meses indexados à variação do INPC até a data do início do benefício e (ii) o valor dos benefícios fornecidos pelo sistema oficial de previdência social. O salário de participação é limitado a 3 (três) vezes o limite máximo do salário de contribuição da Previdência Oficial. A responsabilidade da patrocinadora CODESP, incluindo o déficit atuarial conforme cálculo efetuado por empresa contratada pelo PORTUS para execução dos serviços de avaliação atuarial é de R\$ 2.271.833.858,00, valor esse não reconhecido pela CODESP, motivo pelo qual a questão está ajuizada. A Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, através da Portaria nº 459, de 22/08/2011, decretou intervenção na entidade. No decorrer de 2015 foi concluído o pagamento do valor incontroverso de R\$ 209.346.942,15 ajustado entre o fundo de pensão e a CODESP em processo judicial, sem prejuízo do juízo para conhecer e julgar a demanda judicial. As contribuições da empresa com base na folha salarial, referentes ao exercício de 2015, foram no montante de R\$ 16.860.411,13.

Devido à incerteza acerca do valor total a ser apropriado pela CODESP, relativamente ao déficit do PORTUS – Instituto de Seguridade Social, inscrito no CNPJ sob nº 29.994.266/0001-89, decorrente do assunto mencionado acima, as Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2015 da Companhia, encontram-se em desacordo com os critérios requeridos na NBC TG 33, que trata do reconhecimento dos Benefício a Empregados.

V – Opinião com Ressalva:

Em nossa opinião as Demonstrações Contábeis acima referidas, exceto pelos efeitos do assunto tratado no paragrafo de “Base para Opinião com Ressalva”, apresentam adequadamente, em seus os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP**, em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações, as mutações do patrimônio líquido e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

VI - Outros assuntos:

(a) Demonstração do Valor Adicionado - DVA:

Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaborada sob a responsabilidade da Administração da **Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP**, (“Companhia”), cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e considerada como informação suplementar pelo padrão dos IFRS’s, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em seus aspectos relevantes, em relação às Demonstrações Contábeis quando tomadas em conjunto.

(b) Informações de Natureza Social e Ambiental – Balanço Social

Examinamos também o Balanço Social, contendo informações de natureza social e ambiental, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaborado na forma da NBC T 15 aprovada pela Resolução nº 1.003/2004 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, sob a responsabilidade da Administração da **Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP**, ("Companhia"), cuja apresentação é opcional e não requerida pela legislação societária brasileira e portanto considerada como informação suplementar pelo padrão dos IFRS's, que não requerem a sua apresentação. Essa demonstração foi submetida a procedimentos adicionais de auditoria preconizados na NBC TA 805 aprovada pela Resolução nº 1.237/2009 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em seus aspectos relevantes, em relação às Demonstrações Contábeis quando tomadas em conjunto.

(c) Auditoria do Exercício Anterior:

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 apresentados para fins comparativos foram anteriormente auditados por outros auditores independentes cujo relatório de auditoria sobre tais demonstrações contábeis foi emitido em 27 de Fevereiro de 2015, com modificação de opinião, decorrente de ressalva com os mesmos assuntos tratados na Nota Explicativa nº 19.

Santos-SP, 10 de Março de 2016.



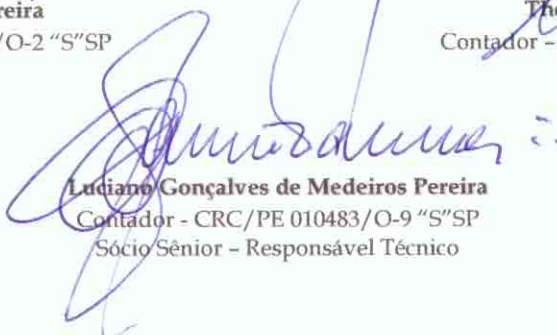
AUDIMEC - AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/PE 000150/O "S"SP



Philippe de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 028157/O-2 "S"SP



Thomaz de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 021100/O-8 "S"SP



Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira
Contador - CRC/PE 010483/O-9 "S"SP
Sócio Sênior - Responsável Técnico

PARECER DO CONSELHO FISCAL

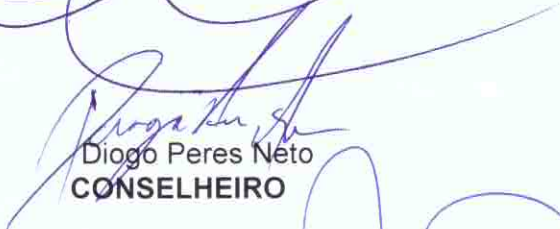
O CONSELHO FISCAL da COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CODESP, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração, bem como o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis da Sociedade relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, à vista do Parecer da AUDIMEC - Auditores Independentes S/S – EPP, de 10.03.2016, cujo ponto ressaltado e/ou enfatizado no âmbito de cada um dos referidos documentos também está relatado na Nota Explicativa nº 19. Opina favoravelmente à aprovação das referidas propostas a serem submetidas à discussão e votação na Assembleia Geral de Acionistas, ratifica a ressalva apontada pela Auditoria Independente e recomenda, em face do recorrente desequilíbrio econômico e financeiro da CODESP, que sejam adotadas medidas saneadoras.

Tomou, ainda, conhecimento do orçamento plurianual de capital, com recursos próprios, para o período de 2016 a 2019, com valor estimado de R\$ 175.287.720,00 (cento e setenta e cinco milhões, duzentos e oitenta e sete mil, setecentos e vinte reais), Adicionalmente, por unanimidade, manifesta-se favoravelmente à submissão da proposta acima mencionada à Assembleia Geral de acionistas, na forma apresentada pelo Conselho de Administração.

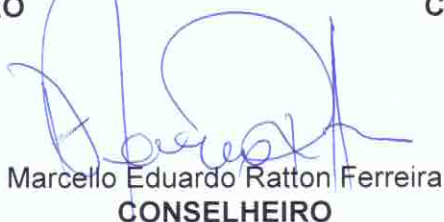
Santos, 14 de março de 2016.



Eduardo de Castro
PRÉSIDENTE



Diogo Peres Neto
CONSELHEIRO



Marcello Eduardo Ratton Ferreira
CONSELHEIRO



Fabiana V. Lima
Fabiana Vieira Lima
CONSELHEIRA



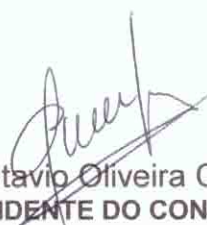
Martin Aron
CONSELHEIRO

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

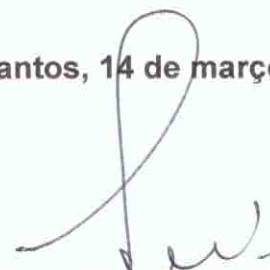
O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO da COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CODESP, após analisar, decide aprovar os documentos descritos a seguir, recomendando que sejam encaminhados à Assembleia Geral de Acionistas.

1. As **Demonstrações Financeiras** relativas ao exercício encerrado em 31-12-2015.
2. Orçamento plurianual de capital, com recursos próprios, para o período de 2016 a 2019, com valor estimado de **R\$ 175.287.720,00** (cento e setenta e cinco milhões, duzentos e oitenta e sete mil, setecentos e vinte reais).

Santos, 14 de março de 2016.



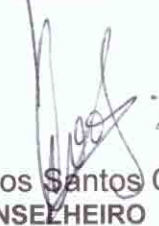
Luiz Otavio Oliveira Campos
PRESIDENTE DO CONSELHO



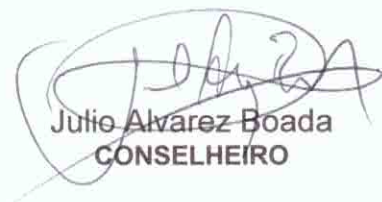
Rodrigo Mendes de Mendes
CONSELHEIRO



Noel Dorival Giacomitti
CONSELHEIRO



Egéferson dos Santos Craveiro
CONSELHEIRO



Julio Alvarez Boada
CONSELHEIRO



Marcio Calves
CONSELHEIRO



João de Andrade Marques
CONSELHEIRO